

REPRESENTAÇÕES DO PASSADO ESCOLAR POR MULHERES AUTISTAS SOB A ABORDAGEM (AUTO) BIOGRÁFICA¹

■ FLÁVIA LOMBA COSTA

<https://orcid.org/0000-0002-2270-2869>

Servidora Municipal em Saquarema (RJ) e Araruama (RJ)

■ RITA DE CÁSSIA PEREIRA LIMA

<https://orcid.org/0000-0002-3055-4915>

Universidade Estácio de Sá

RESUMO

Este estudo objetiva investigar representações sociais sobre “ser normal” no passado escolar por mulheres com o nível 1 do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dá ênfase à abordagem (auto)biográfica, que, atrelada à Teoria das Representações Sociais (TRS), permite um olhar mais atento à necessidade de dar escuta a esses sujeitos em suas histórias individuais, sem perder de vista o social. Menciona algumas das teorias para explicar a grande prevalência “masculina” nos diagnósticos de TEA, endossando a hipótese de manifestações distintas no “feminino”, resultando em subdiagnóstico. O modelo de entrevista adotado foi o semidirigido, com elementos de entrevista-conversa. Entre oito narrativas de vida, serão apresentadas três. Os resultados apontam para um “ser normal” ligado à ideia de ser como as “colegas”, ainda que haja momentos de bifurcação em um “ser normal” para os professores, sob uma possível ótica de “normalização” escolar. Apesar de estarem avançando, faltam às pesquisas um olhar mais atento aos gêneros para além do binarismo “feminino” e “masculino”, que não se confunda com sexo biológico. É reforçada a necessidade de pesquisas acadêmicas que proporcionem aos sujeitos com deficiência a escuta necessária, em prol de uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: Autismo. Narrativas de vida. Representações sociais. Escolas.

¹ Pesquisa financiada pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

ABSTRACT REPRESENTATIONS OF SCHOOL PAST BY AUTISTIC WOMEN UNDER THE (AUTO)BIOGRAPHICAL APPROACH

This paper aims to investigate social representations about “being normal” regarding the school pasts of women diagnosed with level 1 Autism Spectrum Disorder. Emphasizing the (auto)biographical approach and using Social Representation Theory, the analysis allows an attentive listening of the subject’s individual stories, without ignoring the social aspects. This work presents some of the theories explaining the prevalence of “male” patients in ASD diagnosis, pointing to the hypothesis of “female” patients exhibiting different signs, which results in underdiagnosis. The interviews were semi-structured, with elements of a conversation interview. Among the eight life narratives, three will be presented in this work. The results show a sense of “being normal” connected to acting as their “colleagues”, even though there are some moments of bifurcation with “being normal” to teachers, possibly as a sign of school “normalization”. Despite the advancements being made, there is a lack of studies observing genders (which isn’t the same as biological sex) besides the “male” and “female” binary on the field. Therefore, this study reinforces the need for more research that allows subjects with disabilities to be listened to, for a more inclusive society.

Keywords: Autism. Personal Narratives. Social Psychology. Schools.

RESUMEN REPRESENTACIONES DEL PASADO ESCOLAR DE MUJERES AUTISTAS BAJO EL ENFOQUE (AUTO) BIOGRÁFICO

Este estudio tiene como objetivo investigar representaciones sociales sobre “ser normal” en el pasado escolar de mujeres con Trastorno del Espectro Autista de nivel 1. Destaca el enfoque (auto)biográfico, que, con la Teoría de las Representaciones Sociales, permite profundizar en la necesidad de escuchar a estos sujetos en sus historias individuales, sin perder de vista el social. Menciona las teorías para explicar la alta prevalencia de diagnósticos “masculinos” de TEA, defendiendo la hipótesis de diferentes manifestaciones en el “femenino”, resultando en infradiagnósticos. El modelo de entrevista adoptado fue el semidirigido, con elementos de entrevista-conversación. Entre ocho narraciones de vida, se presentarán tres. Los resultados apuntan a un “ser normal” vinculado a la idea de ser como las “compañeras”, aunque haya momentos de bifurcación en un “ser normal” para los docentes, bajo una posible perspectiva de “normalización” escolar. Aunque estén avanzando, las investigaciones carecen de

una mirada más cercana a los géneros más allá del binarismo “femenino” y “masculino”, que no debe confundirse con el sexo biológico. Se refuerza la necesidad de investigación para brindar a los sujetos con discapacidad la escucha necesaria, en favor de una sociedad más inclusiva.

Palabras clave: Autismo. Narraciones de vida. Representaciones Sociales. Escuelas.

Os contornos e os direcionamentos da pesquisa

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição apontada como de entrelaçamento entre fatores epigenéticos, genéticos e ambientais (SCHMIDT, 2017). Se caracteriza por diferenças na área de Comunicação Social e por comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos, com impacto significativo na vida das pessoas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION [APA], 2014). Sua divisão em três níveis ou graus de suporte demandados pelos indivíduos, e não mais em diagnósticos separados como os de Transtorno Autista e Transtorno de Asperger, foi proposta pelo quinto *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)*, e será adotada neste artigo.

As intensidades do TEA variam de “exigindo apoio” (nível 1) a “exigindo apoio muito substancial” (nível 3). É comum que se tenha por condição coexistente a deficiência intelectual (APA, 2014). Este estudo, no entanto, se circunscreve aos sujeitos com o nível 1 do transtorno, sem deficiência intelectual ou prejuízos significativos de uso funcional da linguagem associados. Esse nível da condição equivaleria à antiga Síndrome de Asperger, categoria diagnóstica removida pelo DSM-5 (APA, 2014), mas presente ainda na CID-10 – a décima Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (OMS, 2016).

O TEA é uma condição que se manifesta de formas muito variadas de um sujeito a outro, mas que traz características em comum que

aparecerão, ao menos em parte, nos indivíduos, como um apego à mesmice ou um certo grau de resistência a mudanças, dificuldades no que concerne à comunicação não verbal, tendência a comportamentos repetitivos – a exemplo de, mas não restrito a, estereotípias motoras –, diferenças de processamento sensorial, podendo ser hipo e/ou hiper-reativos (APA, 2014).

Tendo em conta o dado de que haveria uma quantidade em média quatro vezes superior de meninos diagnosticados autistas em relação às meninas, a maioria das pesquisas endossa essa informação, incluída aí a quase totalidade dos estudos brasileiros localizados, como um dado inequívoco de uma grande prevalência “masculina” entre as pessoas nascidas com o transtorno.

Entre as teorias surgidas a fim de explicar essa discrepância, destaca-se aqui a da Hipermasculinização do Cérebro Autista (*Extreme Male Brain Theory*) e a do Modelo Protetivo Feminino (*Female Protective Model*). A primeira propõe que os autistas apresentariam algo que seria similar a um cérebro masculino potencializado em seus marcadores, que seriam uma empatia mais baixa e uma sistematização mais elevada (GREENBERG et al., 2018). A teoria do Modelo Protetivo Feminino, por seu turno, defende que as mulheres necessitariam de uma maior carga genética deletéria para desenvolver características de

um transtorno do neurodesenvolvimento (JACQUEMONT et al., 2014).

Embora no Brasil seja escassa a produção acadêmica sobre o TEA em pessoas designadas meninas ao nascerem, estudos relativamente recentes no exterior têm posto em xeque o dado de uma significativa prevalência masculina no TEA. O subdiagnóstico, diagnósticos equivocados e tardios têm sido aventados como fatores que podem ter marcado – e ainda marcarem – a vida de muitas meninas e mulheres autistas (HULL et al., 2020).

Assim sendo, muitas seriam perdidas de vista. E isso por um conjunto de fatores, tais como: a) maior aceitação social de comportamentos pouco usuais ou de dificuldades sociais em mulheres, sendo encarados como “timidez” e “passividade”, tomados até mesmo como desejáveis; b) maior estímulo a brincadeiras que fomentam a imaginação entre pessoas designadas meninas; c) interesses restritos tendencialmente diferentes daqueles dos “meninos”, mais próximos dos interesses de “meninas” de desenvolvimento típico e que, por conseguinte, gerariam menos estranhamento; d) maior motivação para estabelecer amizades; e) tendência a uma maior internalização dos problemas, com menos comportamentos disruptivos; f) além de uma maior motivação ou habilidade para “camuflar” características da condição, tanto por supressão de comportamentos autísticos quanto por imitação, não necessariamente consciente, de indivíduos tidos como socialmente mais habilidosos. Esses elementos conduziram ao que ficou conhecido como Fenótipo Feminino do Autismo (*Female Autism Phenotype*) (KREISER; WHITE, 2014; BARGIELA et al., 2016; HULL et al., 2020).

A isso se sobressai que os manuais diagnósticos seriam, portanto, viesados para uma feição “masculina” do transtorno, conquanto o manual diagnóstico mais recente, o DSM-5, chegue a anunciar, mesmo que de for-

ma superficial, o possível problema, ao declarar que:

O transtorno do espectro autista é diagnosticado quatro vezes mais frequentemente no sexo masculino do que no feminino. Em amostras clínicas, pessoas do sexo feminino têm mais propensão a apresentar deficiência intelectual concomitante, *sugerindo que meninas sem comprometimento intelectual concomitante ou atrasos da linguagem podem não ter o transtorno identificado, talvez devido à manifestação mais sutil das dificuldades sociais e de comunicação* (APA, 2014, p. 57, grifo nosso).

Esse reconhecimento torna urgente que estudos se concentrem no TEA no “feminino”, em pessoas sem deficiência intelectual concomitante, geralmente também aquelas que apresentam menor nível de suporte demandado.

Acrescente-se, aqui, que a totalidade dessas linhas interpretativas trabalha com uma noção binária e de equivalência entre sexo e gênero, não contemplando, conforme se pretende endossar como primordial para futuras pesquisas, os casos de autistas com identidades de gênero fluidas ou não binárias, além de restar indefinido para os casos de trans homens e trans mulheres (STRANG et al., 2020). Mesmo na perspectiva do Fenótipo Feminino do Autismo, ainda é incerto em que medida essas características do TEA em pessoas designadas mulheres ao nascerem é extensível a pessoas trans e, também, em que medida essas diferenças são devidas a fatores biológicos e/ou socioculturais (KREISER; WHITE, 2014).

Por meio do aporte (auto)biográfico, nos moldes de Bragança (2012), este artigo visa construir, em um esforço da pesquisadora como narradora, narrativas de vida de mulheres diagnosticadas na idade adulta com TEA de nível 1 de suporte ou Síndrome de Asperger acerca de seu passado escolar. Dá enfoque à ideia de “ser normal”, que, segundo aqui se supõe, estaria ligada à prática da “camuflagem” por essas mulheres, quanto mais em um

passado em que não se sabiam autistas. Essa abordagem surge em uma proposta de aproximação da Teoria das Representações Sociais (TRS), que se ocupa de um estudo dos conhecimentos de senso comum, travados nas conversações cotidianas entre as pessoas, que passam a ser entendidos como um conhecimento *sui generis*, tão dignos de serem estudados quanto os demais (PALMONARI, 2009).

Argumente-se, ainda, que a ênfase no “ser normal” no passado escolar se justifica por se compreender a escola como um espaço privilegiado, seja por seu importante papel em uma possível identificação e encaminhamento de casos de alunos que podem apresentar transtornos e condições diferenciadas, seja por sua centralidade na socialização dos estudantes.

Aproximando abordagens teórico-metodológicas

Segundo Bragança (2012, p. 49), as histórias de vida se manifestam como um “movimento propriamente humano de dar sentido à vida e à sua historicidade”, e pressupõem um movimento de “retorno ao sujeito”, configurando uma ruptura com o paradigma lógico-formal nas Ciências Sociais e Humanas, dada a compreensão de que há algo de inescapavelmente humano, subjetivo, nas trajetórias das pessoas e no sentido que se atribui a elas, não sendo, portanto, as narrativas passíveis de uma aura de objetividade positivista. Caracteriza, também, uma ruptura em relação a uma pretensão de explicação pautada na linearidade, sendo responsável por (re)configurar o passado no presente, e de nele tecer projeções de futuro.

Há, ainda segundo Bragança (2012), outra importante ruptura que essa abordagem possibilita, a qual se dá no campo das relações entre pesquisador e pesquisado. O pesquisado não mais é visto como objeto a ser investigado, e sim como participante ativo do processo,

ao passo que o pesquisador tampouco se imbuí de uma aura de “pureza”, e reconhece que se envolve e se relaciona com o informante e com a narrativa construída, na qual discerne um caráter formador.

A TRS, tal como proposta por Serge Moscovici (1961, 1976, 2012), se assenta no entendimento dos sujeitos como psicossociais, não determinados pela sociedade de forma coercitiva, mas também sem poderem ser pensados fora dela, do espaço-tempo em que vivem. Seriam dois os processos responsáveis por gerar representações sociais: a ancoragem e a objetivação. A primeira seria caracterizada por um movimento dos indivíduos:

[...] de inscrever toda nova representação em um universo cognitivo que lhe é pré-existente. Por exemplo, Moscovici nota que, para os católicos, a psicanálise é frequentemente apreendida através do prisma da confissão. Então, o processo de ancoragem consiste em mobilizar um quadro de referência familiar para interpretar as informações relativas a um objeto não-familiar. Dessa forma, a ancoragem permite dar um sentido particular a toda informação nova. (MOLINER, 2015, p. 83, tradução nossa).²

Ao passo que a objetivação:

[...] consiste em transformar as crenças ou as informações vagas em certezas. De tal modo que esses elementos não aparecem mais como fruto da atividade cognitiva de quem os porta, mas como reflexos de uma realidade exterior objetiva. Essa operação repousa sob um trabalho de concretização. [...] Por exemplo, em sua investigação, Moscovici nota que o conceito psicanalítico de ‘complexo’ é comumente aproximado de um substrato biológico (um tumor). Então, a construção conceitual e hipotética de

2 “[...] d’inscrire toute nouvelle représentation dans l’univers cognitif qui lui préexiste. Par exemple, Moscovici remarque que, chez les catholiques, la psychanalyse est souvent appréhendée au travers du prisme de la confession. Ainsi, le processus d’ancrage consiste à mobiliser un cadre de référence familial pour interpréter des informations relatives à un objet non familial. En ce sens, l’ancrage permet de donner un sens particulier à toute information nouvelle”.

Freud, que a maior parte dos respondentes são incapazes de definir corretamente, se encontra assimilada a um fenômeno tangível que será possível de se observar concretamente. (MOLLINER, 2015, p. 83).³

Acrescente-se aqui que, segundo se procura defender, as representações sociais lidam justamente com o “estranho”, com o “outro” e, portanto, a questão do “ser normal” reside em seu cerne, tendo como ponto de partida seus processos formadores, a objetivação e a ancoragem. É justamente o “outro” que mobiliza os processos que buscam tornar esse não familiar, que tanto incômodo pode causar, em familiar (MOSCOVICI, 2006), e é por meio dele que, nos mais diversos aspectos, o “estranho” é conformado e deformado.

A aproximação entre a abordagem (auto) biográfica e a TRS possibilita que, de um modo mais marcado, se chegue a certos elementos assentes nas representações sociais partilhadas pelos grupos. Assim, as representações sociais forneceriam, segundo Alves-Mazzotti (2015), um complemento aos relatos individuais que abrem caminho às narrativas. Isso permitiria analisar em que medida aquilo que está presente nas falas dos informantes pode ser vislumbrado de forma mais ampla devido à sua pertença grupal.

Sobre o sujeito na TRS, Jodelet (2015) enfatiza a centralidade de lhe direcionar o olhar, o que não teria recebido a devida atenção em decorrência, inclusive, da própria resistência

da teoria frente a um modelo psicologizante de psicologia social. A autora demonstra, contudo, que refutar uma leitura de indivíduo como descolada do social não deve significar uma negação da importância de estudar o subjetivo, do momento que “não há pensamento descarnado” (p. 323). Assim, cabe à TRS envidar esforços nesse sentido, retomando a noção de um sujeito que não é completamente gerado pelo social, nem tampouco pode ser pensado sem o “outro” e seus contextos de inscrição.

É importante frisar, contudo, que a própria abordagem das narrativas de vida não propõe uma exclusão ou desconsideração do social, pois “compreende-se que o individual está posto num processo coletivo de constituição”, pelo que “a narrativa é sempre plural e deve buscar a intensidade das mediações sociais e contextuais que dão sentido à trajetória estudada” (BRAGANÇA, 2012, p. 51).

Neste estudo, a geração de dados se deu por meio de entrevistas semidirigidas, com elementos de entrevista-conversa. As entrevistas semidirigidas são caracterizadas pela presença de algumas questões elaboradas antes do contato propriamente dito entre pesquisador e narrador, mas com suficiente flexibilidade para o descarte de algumas perguntas e a proposição de outras no curso da entrevista (CASTRO; FERREIRA; GONZALEZ, 2013). As entrevistas-narrativas, por seu turno, são mais abertas, com o mínimo possível de direcionamento, encorajando que o informante fale de forma espontânea, com atenção exclusiva ao seu universo e ao seu narrar, evitando inclusive o uso de expressões e palavras que não aquelas empregadas por ele (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003).

Nesta pesquisa, foram oito as participantes, todas tendo obtido diagnóstico de TEA nível 1 ou Síndrome de Asperger nos últimos quatro anos, quando já haviam concluído seus percursos escolares. Elas foram acessadas via internet e residiam em diferentes estados do Brasil.

3 “[...] consiste à transformer des croyances ou des informations vagues en certitudes. De telle sorte que ces éléments n’apparaissent plus comme le fruit de l’activité cognitive de celui qui les porte, mais comme les reflets d’une réalité extérieure objective. Cette opération repose sur un travail de concrétisation [...] Par exemple, dans son enquête Moscovici remarque que le concept psychanalytique de ‘complexe’ est régulièrement rapproché d’un substrat biologique (une tumeur). Ainsi, la construction conceptuelle et hypothétique de Freud, que la plupart des répondants sont incapables de définir correctement, se trouve assimilée à un phénomène tangible qu’il serait possible d’observer directement”.

As entrevistas podiam se dar na modalidade escrita ou falada – por troca de mensagens instantâneas ou de áudio nos aplicativos WhatsApp, Facebook Messenger ou Instagram –, e contiveram, ainda, elementos de entrevista-conversa. Esses elementos se fizeram presentes do momento em que se primou por uma pergunta inicial em que se pede para a informante pensar em sua trajetória na escola e dizer, com base nela, quais fatores se destacariam, em um esforço de (re)composição das experiências.

Não se foi além disso, contudo, devido às especificidades dos sujeitos que participaram da pesquisa como narradoras, uma vez que as moças com TEA demandaram com frequência perguntas de maior concretude, mais diretas, objetivas e situadas. Em face a isso, adotou-se o seguinte procedimento: quando, mesmo constando apenas essa pergunta inicial mais aberta, o sujeito apresentava dificuldade em respondê-la, procedeu-se a perguntas menos abstratas, cientes embora de suas limitações, por implicar direcionamento, do ponto de vista das entrevistas-narrativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008). Entende-se, contudo, que é necessária a adaptação às demandas específicas dos autistas e de quaisquer pessoas com deficiências ou diferenças que as requeiram. E assim foi feito.

As narradoras, conforme observação realizada pela pesquisadora, eram em sua maioria participantes ativas das redes sociais e propagadoras de postagens, “memes”, páginas e grupos sobre autismo, em geral sendo elas próprias autoras de conteúdo. Dado que nas redes sociais digitais, a partir da Web 2.0 (NEWMAN et al., 2016), a relação de coautoria é provocada pela interação constante, pelo compartilhamento e “curtidas” de conteúdo, é vasto o material cocriado e vai se estabelecendo um terreno propício para a interação crescente e a formação de espaços de engajamento em que os indivíduos constituem um ambiente que, no entendimento das autoras deste artigo, pode ser abordado em termos de grupos e estudado sob a perspectiva da TRS, conforme endossam Alves-Mazzotti e Campos (2014). Esses autores entendem que a cibercultura abre espaços de desenvolvimento de conhecimentos de senso comum em interações cotidianas, à semelhança daqueles preconizados por Moscovici (2006), que já previa, ele mesmo, um estudo das assim designadas ciber-representações.

Além disso, pesquisas apontam que muitos autistas teriam sua comunicação consideravelmente facilitada pelo recurso à internet. Isso porque fatores como a possibilidade de se comunicar de casa ou de outro ambiente controlado, de utilizar a escrita como forma principal de comunicação, além da ausência dos elementos não verbais que marcam a conversa face a face, estão entre os elementos que facilitariam a comunicação de muitas pessoas com TEA via ambiente *on-line* (BENFORD, 2008; FELDMAN, 2013).

Além disso, pesquisas apontam que muitos autistas teriam sua comunicação consideravelmente facilitada pelo recurso à internet. Isso porque fatores como a possibilidade de se comunicar de casa ou de outro ambiente controlado, de utilizar a escrita como forma principal de comunicação, além da ausência dos elementos não verbais que marcam a conversa face a face, estão entre os elementos que facilitariam a comunicação de muitas pessoas com TEA via ambiente *on-line* (BENFORD, 2008; FELDMAN, 2013).

“Eu era o borrado”: reflexões sobre a narrativa das narrativas de vida e o “ser normal”, “ontem” e “hoje”

Três das narrativas elaboradas pela pesquisadora como narradora a partir das entrevistas realizadas são as que seguem, tendo sido atribuídos nomes fictícios às informantes:

Emília:

Emília, 28 anos, é uma jovem de fala doce e plácida. É psicóloga e reúne também os diagnósticos de depressão e de fobia social.

Ao pensar em seu passado escolar, de imediato lhe vêm as palavras *bullying* e “exclusão”. A questão da sensibilidade sensorial tátil é muito marcante em sua fala. Conta-nos que

suas dificuldades com o cabelo faziam com que o quisesse curto, razão pela qual sofria o *bullying* dos colegas, norteados por discriminação baseada no gênero, ao chamarem-na de “Maria João” e lhe perguntarem se queria ser homem.

Refere não ter apresentado dificuldades no que concerne às disciplinas escolares, à exceção de Matemática, mas que suas diferenças sensoriais sempre lhe causavam problemas, e os colegas não sabiam respeitar. Diz-nos que não tinha nenhuma ideia de querer ser menino ou menina, que era apenas uma criança vivendo a sua infância marcada por questões sensoriais que então ficavam por compreender.

Sempre muito quieta, era rotulada como tímida e seus pais foram chamados à direção da escola, numa ocasião, em decorrência de sua suposta timidez e da falta de amigos. Tinha medo do julgamento, seja por conta do cabelo, seja por conta de seu comportamento diferente, embora ressalte não saber o porquê de as pessoas a chamarem de estranha.

Emília só foi fazer amigos através das redes sociais e, mais tarde, na faculdade. Até lá, passava os intervalos sozinha e afirma não se recordar de muitas coisas boas em seu passado escolar. À medida que foi passando pelas agruras do julgamento alheio, ela começou a reprimir comportamentos, embora não se lembre de ter tido um modelo de pessoa específica para a sua imitação de usos e atos considerados socialmente mais adequados. Lembra-se mais da supressão, para evitar comentários.

Não se recorda de tratamentos diferenciados dos professores e entende que, do momento que não atrapalhava a aula, ela não gerava incômodos e escapava a qualquer percepção de suas especificidades da parte dos docentes.

Em outro momento, Emília afirma ter sempre tentado ser como era, por mais que percebesse as demandas em contrário, embora

tenha anteriormente dito que suprimia comportamentos, como seus movimentos estereotipados ou *stims*, em decorrência dos julgamentos.

Faz menção a padrões ou platôs de desenvolvimento, bem condizentes com seus estudos como psicóloga. Conclui, contudo, dizendo que anormal, para ela, seria ver o próximo em dificuldade e não o ajudar.

E dá o recado: ser diferente é normal.

Lúcia:

A professora universitária Lúcia, prestes a completar 57 anos naquele março de 2020, foi uma menina de aprendizado rápido e precoce. Aos quatro anos, foi aprendendo logo a ler as palavras, acostumando-se às sonoridades. Como à época só se entrava na escola pública aos 6 ou 7 anos, sua mãe a matriculou numa escola particular. Ali, Lúcia conta que sofreu experiência traumática pelos atos de uma professora, que não permitiu que ela fosse ao banheiro, o que acabou resultando que se urinasse na frente dos colegas, na própria roupa. Desde então, não quis mais retornar à escolinha e sua mãe a tirou de lá.

Anos adiante, contudo, quando foi ingressar na escola pública, foi destinada a uma turma mais avançada, tendo seus 7 anos com colegas de 9 ou 10. Essa disparidade seguiu sendo uma realidade em sua vida escolar, e se materializou numa incompreensão dos demais alunos, culminando, não numa relação de *bullying* intensa como as que reportamos na narrativa de vida anterior, mas em atos como o de a chamarem de “Pedro Bó”, personagem do programa *Chico City*, que havia na época e que representava um adulto com mente de criança e perguntas tolas.

Afigura-se aqui que, somado às disparidades de idade, estava seu autismo, que dificulta as mudanças comportamentais concernentes ao crescimento, fazendo com que por vezes as

peças ajam de um modo que as faz serem tachadas de “infantis” por mais tempo.

Refugiando-se na biblioteca, contudo, os enfrentamentos que viveu com os outros educandos não foram tão intensos, e ela pôde desfrutar de acelerado ritmo de leitura e aprendizado. Elogiada pelos professores, sempre teve facilidade nos estudos. As dificuldades estavam nas interações sociais.

Sobre isso, relata, com a forma direta que é habitual às mulheres deste estudo, que o ser normal para ela seria ir a festas, vestir roupas coloridas, socializar como os outros, inclusive como seu próprio filho. Não hesita em dizer, sem meias palavras, que ser normal é tudo aquilo que ela não é. Afirma, contudo, que teme pelos que são diagnosticados cedo, por ver que muitos parecem carecer da força que a moveu para vencer obstáculos. Mulher bem-sucedida, viveria grandes dificuldades para obter seu diagnóstico, ouvindo afirmações sobre ela não necessitar de tal coisa.

As sobrecargas da vida adulta, das conferências e palestras a que obrigam sua profissão, fariam com que seus momentos de “desligamento” fossem mais tarde tomados pelos médicos por depressão. Longo caminho teria que ser percorrido por ela até que, não mais do que poucos dias antes da entrevista, ela conseguisse seu laudo de Transtorno do Espectro Autista, após longa luta e momentos difíceis em que, aí sim, fora afetada pelos piores pensamentos. Em correspondência com a pesquisadora, contudo, foi instada a não desistir de obter seu diagnóstico e voltou dias depois, com sua vitória e sua história.

Diana

Diana, de 34 anos, tem um carinho ímpar por sua mãe, que está seriamente doente, e vai acompanhando passo a passo as muitas idas ao hospital. É palestrante, influenciadora digital e produz estampas para camisas sobre

autismo e temas de inclusão e de aceitação às diferenças, mas isso ainda não é algo de que ela consiga tirar seu sustento. Diagnosticada aos 31 anos com a Síndrome de Asperger, ela vinha carregando consigo por dez longos anos um diagnóstico equivocado de bipolaridade.

Quando menina, embora sempre quisesse aprender temas acima do que geralmente ocorre em cada faixa etária, tendo facilidades de aprendizagem em vários aspectos, ela sofreu devido a uma possível discalculia, tendo muitas dificuldades relacionadas a números, a ver as horas no relógio, a entender o formato de horas em 24h, entre outros. Esteve constantemente por um fio das reprovações. Isso, somado às dificuldades sensoriais, fez sua experiência escolar não ser das melhores.

Mas o que mais tornava sua trajetória escolar dolorosa era o *bullying* dos colegas, que batiam nela, cuspiam em sua comida, faziam piadas e mais um sem-número de violências que comprometiam sua experiência e certamente marcaram sua vida. Define a escola como “uma perda de tempo”, um “mal desnecessário, que só faz a gente se deprimir”. Refere-se ao seu lugar na escola como o do “excluído do excluído”, uma pessoa que transitava ignorada pelos corredores. Seja como for, os anos foram passando, e ela se sentindo alguém de cuja existência os professores só se dariam conta na hora da chamada, vivendo nas sombras e carregando todo peso da exclusão. Nesse cenário, uma frase sua se sobressai com força: “eu era invisível”.

Referindo-se a “ser normal” na escola como ser o padrão do qual ela, por ser autista, acabava por fugir, afirma que, devido a isso, ainda hoje sofre os *bullies* da vida. E arremata, a pedido da pesquisadora, com uma imagem, em que ela seria, no passado escolar, o borrado, o desalinhado, enquanto as outras pessoas seriam aquela imagem limpa e nítida. A intensidade da dor que se faz entrever em

meio a essas evocações nos leva a refletir sobre os sofrimentos vividos por Diana em sua trajetória, mas também faz florescer a sua luta de hoje, com as estampas em prol dos autistas, com seus depoimentos como influenciadora nas redes sociais, enfim, com toda a trilha poderosa que ela construiu para se fazer ouvir, lutando por um mundo com mais respeito pelas diferenças, que tanta cor conferem à espécie humana.

Conquanto nos demais casos analisados houvesse uma clivagem mais ou menos nítida entre um presente pós-diagnóstico, com relativização da existência de um “ser normal”, e um passado escolar pré-diagnóstico, em que vigorava a crença em um “ser normal” que distava delas próprias e se conferia às colegas, temos como exceção a entrevista de Lúcia, que diz sem meias palavras que o “ser normal” é tudo aquilo que ela não é, ainda que, em outra parte, diga que “de perto ninguém é normal”. Aqui, o tensionamento que ela comunica é valioso, e reforça a importância de se enfatizar as subjetividades, pois nenhum desses sujeitos é igual ao outro e eles não devem nunca ser encarados como um “bloco” monolítico, uniforme.

Tal constatação não implica, no entanto, que não se leve em conta as tendências que se fizeram ver na maioria das narrativas analisadas. Elemento esse que se espera reforçar com o recurso à TRS. Tanto assim que a mesma Lúcia era a única dentre os sujeitos entrevistados que, no período em que se desenrolou a entrevista, parecia menos imbricada na comunidade autista nas redes sociais, o que pode fornecer explicações ligadas ao seu maior descolamento em relação à pertença grupal e, por conseguinte, às suas representações socialmente compartilhadas.

O que se torna patente é que a quase totalidade dos sujeitos pesquisados expressou definições de “ser normal” em concepções

diferenciadas ao se reportarem aos seus dias de escola e ao período atual, pós-diagnóstico. Hoje, suas falas podem ser sumariadas na colocação que encerra a narrativa referente à Emília: “ser diferente é normal”. Também aparece sob as formas “de perto ninguém é normal” e “não existe um ser normal”, que questionam a própria noção de normalidade como algo que possa existir de fato. Essa contestação ao “ser normal”, com marcada clivagem em relação ao passado pré-diagnóstico, pode ser melhor entendida se se compreender a difusão da ideia de neurodiversidade nas redes sociais digitais, e como por meio dela se defende o pressuposto de que pessoas neurologicamente diversas são parte natural e legítima da diversidade humana, como tantas outras, não configurando algo que deva ser combatido ou “curado” (ANTUNES; DHOEST, 2019).

A presença de uma visão outra no passado escolar é ressaltada de forma pungente por Diana, que diz que ela era “o borrado”, opondo-se à “imagem limpa e nítida” que seria a das colegas. Essa forma de entender a situação, e o reconhecimento de mudanças pós-diagnóstico, parecem estar associados à emergência de novas representações sociais, vinculadas à sua nova pertença grupal e, assim sendo, em grande parte irmanadas à concepção de neurodiversidade. Lembrando que o passado, nas narrativas de vida, é sempre (re)construído no presente, pelo que a própria intensidade com que a clivagem é apresentada tende a ser fruto desse presente. Contudo, parece inegável que mudanças se processaram e que não podem ser todas devidas às novas definições de que se investe o hoje.

Acrescente-se que a narrativa correspondente à trajetória de Diana demonstra de maneira intensa e dolorosa o seu sofrimento com suas diferenças não detectadas pelos professores. Lúcia chama a atenção, contudo, para a sua preocupação no que concerne àqueles

que, diferentemente dela, foram detectados e receberam o diagnóstico desde cedo. E, nisso, ela tece uma crítica à possível “acomodação” proporcionada pelo diagnóstico precoce, em uma sociedade que ainda parece entender ter deficiência como ser incapaz, ou alguém digno de pena e que, por isso, acabaria não sendo motivado a enfrentar suas dificuldades e seguir em frente. Vale ressaltar que essa reflexão conduz a uma possível crítica à educação e à sociedade inclusivas, como têm sido tentadas. Isso porque o excesso de proteção representaria, para a informante, uma causa de possível atraso no desenvolvimento da pessoa com vistas a uma vida autônoma.

Nota-se, ainda, uma menção frequente a *bullying* no passado escolar das narradoras, notadamente da parte dos colegas, ao passo que em relação aos professores parece prevalecer uma impressão de que, para eles, elas eram invisíveis ou até mesmo de comportamentos desejáveis, porque não incomodavam ou até se sobressaíam nos estudos. *Bullying*, de um lado, e a não percepção de suas necessidades, de outro, parecem coroar toda uma existência conturbada, de dor e de sensação de impotência e de não pertencimento. Lúcia chega mesmo a dizer, em correspondência com a pesquisadora: “*Eu me sentia muito estranha, eu me sentia um E. T. Eu olhava assim e falava: gente, eu não faço parte desse mundo! Sabe? Que mundo é esse?*”.

Tanto por questões sensoriais, como a relatada por Emília em relação ao seu cabelo, quanto por questões de comportamento social, as meninas com TEA pareciam ser alvo frequente da prática de *bullying*, sabendo que essa prática não se restringe aos casos abertos de violência física, pois, por definição:

Bullying compreende ataques verbais (como xingamentos e ameaças), comportamentos físicos (como bater, chutar e danificar a propriedade da vítima) e agressão relacional/social (como

exclusão social e espalhar boatos) (Monks & Smith, 2006; Olweus, 1993; Smith, 2014), até as formas mais recentes de ataques pela Internet e novas tecnologias (também conhecidas como *cyberbullying*). (MENESINI; SALMIVALLI, 2017, p. 241, tradução nossa).⁴

As análises permitiram que se chegasse ao entendimento de que o “ser normal” no passado escolar seria representado pelas “colegas”, que seriam, nas palavras de Lúcia, “tudo aquilo que eu não sou”. Essas colegas seriam tipificadas como aquelas que vão a festas, usam roupas “da moda”, travam conversações sem dificuldades, e assim por diante. Ao que outra entrevistada, Elisa, define o “ser normal” como “*gostar e saber se arrumar igual às outras meninas, saber conversar com todos, não ter crises...*”. Também Marília diz:

Ser [...] típico para mim era ser como a grande maioria dos meus colegas, que possuíam comportamentos que pareciam ser bem aceitos pelo coletivo e parecia também que eles tiveram acesso a algum manual de comportamento ao qual eu nunca tive. Como se esse manual existisse dentro do cérebro deles e não no meu. Eles entendiam as regras sociais.

Essa imagem do “normal” se reflete na maior parte dos discursos das narradoras, no que concerne à sua visão em seus passados escolares.

Não obstante, para os professores, parece que outra lógica se impunha: aquela de um ideal de “normalização” escolar, aproximada à escola como instituição relacionada à docilização dos corpos, no formato proposto por Michel Foucault (1975, 1999). De onde emergiria outro papel a ser performado, também com recurso à “camuflagem”, e ao qual talvez as

⁴ “Bullying comprises verbal attacks (e.g. name calling, threats), physical behaviours (e.g. hitting, kicking, damaging victim’s property), and relational/social aggression (e.g. social exclusion, rumour spreading) (Monks & Smith, 2006; Olweus, 1993; Smith, 2014) up to the most recent forms of attacks through Internet and new technologies (also referred to as cyberbullying)”.

meninas autistas corresponderem com mais facilidade, por não incomodarem e, ao mesmo tempo, algumas vezes terem desempenhos acadêmicos acima da média. O próprio “ser normal” seria, portanto, bifurcado, o que dificultaria ainda mais a vida de pessoas que, como as meninas autistas, por definição possuem prejuízos em relação à comunicação social esperada por uma sociedade “neurotípica” – isto é, não autista e com desenvolvimento neurológico tido como dentro do padrão.

A “camuflagem” perpassa as narrativas de vida, seja na forma de uma supressão de características, seja pela imitação, por meio da qual elas se faziam, mais ou menos conscientemente, menos detectáveis em suas “falhas”. Essa mesma camuflagem traz uma série de prejuízos à vida dessas pessoas, tornando-as mais predispostas a condições coexistentes como a ansiedade e a depressão (BECK et al., 2020), mas é, também, argumenta-se aqui, a via de que podiam se valer para navegar em uma sociedade que de outro modo as excluiria ainda mais.

Não há, contudo, como minimizar os efeitos perniciosos que uma vida de camuflagem pode trazer para essas pessoas. Beck e demais autores (2020) destacam que a saúde mental das pessoas autistas designadas mulheres ao nascerem é em geral mais prejudicada do que aquela dos designados homens ao nascerem, sendo mais propensas a apresentar ansiedade e depressão e tendo índices de suicídio pelo menos tão elevados quanto os dos homens, ainda que na população em geral as mulheres os possuam mais baixos. Entre os fatores a se considerar, a camuflagem, embora não exclusiva das mulheres autistas, pode estar implicada em uma maior internalização dos problemas e nas sensações de baixa autoestima, estresse e exaustão. Além disso, a mesma camuflagem, conforme destacado, potencialmente dificulta que essas pessoas obtenham seu diagnóstico

com a precocidade desejável, e mesmo que o obtenham em algum momento de suas vidas, o que pode contribuir ainda mais para os reportados problemas de saúde mental (BECK et al., 2020).

O ideal seria, é evidente, uma sociedade que as aceitasse tais quais são e não as obrigasse a esconder do mundo as suas características. A luta por inclusão, na escola como nos demais ambientes, é de fundamental importância para que um dia essas pessoas possam viver, conforme apregoa o modelo social de deficiência (JAARSMA; WELIN, 2012), em um mundo que se adeque a elas, em vez de as forçar a se adequar ao mundo.

Onde chegamos e aonde vamos agora?: pensando continuidades

Um dos elementos que se sobressaem devido à sensibilidade proporcionada pela abordagem (auto)biográfica, das narrativas de vida, é um reforço à percepção de que cada autista é único. Apesar de apresentarem características comuns próprias ao diagnóstico, cada pessoa reage de formas distintas, manifesta e sente o mundo de maneira peculiar, própria à sua unicidade como indivíduo. De modo que dois autistas, como quaisquer duas pessoas, nunca serão iguais.

Tendo isso em mente, é possível atentar para não se esquecer a importância da valorização das subjetividades e de dar escuta aos indivíduos, o que se torna ainda mais urgente quando se lida com minorias que sofreriam processos de *bullying* e de exclusão ao longo de suas trajetórias de vida.

Delineiam-se, contudo, alguns fatores que se fazem presentes na maioria ou na totalidade das entrevistas realizadas, o que permite que se fale em elementos mais ou menos marcados pela pertença grupal, algo que pode ser reforçado pela perspectiva das represen-

tações sociais, com o entendimento de que saberes de senso comum são compartilhados nas conversações do dia a dia e que não devemos perder de vista a dimensão social, mesmo que privilegiemos as subjetividades pela via das narrativas de vida.

A abordagem (auto)biográfica, se bem que, pelo que consta, ainda pouco utilizada em casos de pessoas com TEA, se mostrou potente quanto a proporcionar, com o adendo das adaptações necessárias, uma forma vívida de escuta a esses sujeitos. Uma breve pesquisa em periódicos científicos permite que se constate o quão pouco esses indivíduos são efetivamente ouvidos, e o quanto ainda prevalecem as histórias narradas da perspectiva dos pais e cuidadores, de professores e demais profissionais.

O presente estudo, tendo uma das autoras recebido o diagnóstico de Síndrome de Asperger, não se furta a reconhecer o impacto desse fato no sentido de um ecoar de “vozes” atípicas, reconhecendo a importância de um envolvimento, uma identificação e um crescimento dessa autora ao entrar em contato com as trajetórias informadas.

Pretende-se, em futuras pesquisas, dar enfoque à questão das pessoas trans – incluídas as fluidas e não binárias –, reconhecendo a limitação de conceitos como o de Fenótipo Feminino do Autismo, uma vez que ainda atreitos apenas a sujeitos cisgênero – isto é, que se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascerem –, sob uma ótica que se vê presa a uma concepção binária, que se confunde com a de sexo biológico.

Apesar do que aqui fica dito, entende-se que os apontamentos acerca de diferenças nas manifestações de determinadas características do TEA em pessoas designadas mulheres ao nascerem são de grande valia e apontam para um enviesamento dos manuais e critérios diagnósticos para uma apresentação “mascu-

lina” da condição. Essa discussão precisa ser mais difundida no Brasil, uma vez que se observa flagrante escassez de estudos que circunam à questão no país, o que contribui para a continuidade de um quadro pouco favorável para aqueles indivíduos que acabam vivendo anos e anos se sentindo diferentes, mas sem saberem o porquê e sem receberem os adequados acompanhamentos e apoios às suas necessidades e ao pleno desenvolvimento de suas pessoas.

Reforce-se aqui que as narrativas de vida se constituem um modo privilegiado de oferecer escuta a essas mulheres. Sendo sujeitos que habitualmente têm sua comunicação e sua vida sensorial dificultadas por uma sociedade que por vezes não prevê adequações mínimas às pessoas com deficiência, incorporar suas histórias ao estudo acadêmico se mostra um importante caminho no sentido de uma sociedade mais inclusiva e preparada para entender e contemplar o autismo em suas mais variadas faces.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Histórias de vida de professores, formação e representações sociais: uma proposta de articulação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, UFMT, v. 24, n. 55, p. 81-101, jan./abr. 2015. Disponível em <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2089/pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; CAMPOS, Pedro Humberto. Cibercultura: uma nova “era das representações sociais”? In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 606-649.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANTUNES, Débora; DHOEST, Alexander. We are peo-

ple and so are they: Shared intimacies and the ethics of digital ethnography in autism communities. **Research Ethics**, United Kingdom v. 15, n. 2, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1747016118820498>. Acesso em: 2 jan. 2022.

BARGIELA, Sarah; STEWARD, Robyn; MANDY, William. The Experiences of Late-diagnosed Women with Autism Spectrum Conditions: An Investigation of the Female Autism Phenotype. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, Springer Nature Switzerland AG, vol. 46, 2016, p. 3281-3294. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs10803-016-2872-8.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

BECK, Jonathan *et. alli*. Looking good but feeling bad: “Camouflaging” behaviors and mental health in women with autistic traits. **Autism**, United States of America, v. 24, n. 4, p. 809-821, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1362361320912147?journalCode=auta>. Acesso em: 2 jan. 2022.

BENFORD, Penny. **The use of Internet-based communication by people with autism**. 2008. 372 f. Tese (Doutorado em Filosofia) Universidade de Nottingham, Nottingham, 2008. Disponível em: http://eprints.nottingham.ac.uk/10661/1/thesis_post_viva_version_2.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. **Histórias de vida e formação de professores: diálogos entre Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CASTRO, Monica Rabello de; FERREIRA, Giselle; GONZALEZ, Wania. **Metodologia da pesquisa em Educação**. Nova Iguaçu: Marsupial, 2013.

FELDMAN, Clara. **Relatos sobre autismo: um estudo sobre narrativas em primeira pessoa**. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6315. Acesso em: 2 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir: naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GREENBERG, David *et. alli*. Testing the Empathizing-Systemizing theory of sex differences and the Extreme Male Brain theory of autism in half a million people. **PNAS**, United States of America, vol. 115, n. 48, Nov. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6275492/pdf/pnas.201811032.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

HULL, Laura; PETRIDES, Konstantinos; MANDY, William. The Female Autism Phenotype and Camouflaging: a Narrative Review. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, Springer Nature Switzerland AG, 2020. Disponível em <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s40489-020-00197-9.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

JAARSMA, Pier; WELIN, Stellan. Autism as a Natural Human Variation: Reflections on the Claims of the Neurodiversity Movement. **Health Care Anal**, United States of America, v. 20, p. 20-30, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21311979/#:~:text=Autism%20can%20be%20seen%20as,%2Dfunctioning%20autists%2C%20is%20reasonable>. Acesso em: 2 jan. 2022.

JACQUEMONT, Sébastien *et. alli*. A Higher Mutational Burden in Females Supports a “Female Protective Model” in Neurodevelopmental Disorders. **The American Journal of Human Genetics**, United States of America, n. 94, 2014, p. 415-425. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3951938/pdf/main.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

JODELET, Denise. Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 45, n. 156, p. 314-127, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v45n156/1980-5314-cp-45-156-00314.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 90-113.

KREISER, Nicole; WHITE, Susan. ASD in Females: Are We Overstating the Gender Difference in Diagnosis?. **Clinical Child and Family Psychology Review**, United States of America, vol. 17, 2014, p. 67-84. Dis-

ponível em: https://www.researchgate.net/publication/247772263_ASD_in_Females_Are_We_Overstating_the_Gender_Difference_in_Diagnosis/download. Acesso em: 2 jan. 2022.

MENESINI, Ersilia; SALMIVALLI, Christina. Bullying in schools: the state of knowledge and effective interventions. **Psychology, Health & Medicine**. United Kingdom, vol. 22, 2017, p. 240–253. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13548506.2017.1279740>. Acesso em: 2 jan. 2022.

MOLINER, Pascal. Objectivation et ancrage du message iconique. Propositions théoriques et pistes de recherche. **Sociétés**, France, n. 130, p. 81-94, 2015. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-societes-2015-4-page-81.htm>. Acesso em: 2 jan. 2022.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

MOSCOVICI, Serge. Memórias, rituais e ciber-representações. In: CASALEGNO, F. **Memória cotidiana: comunidade e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 70-83.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

NEWMAN, Russell *et. alli*. Web 2.0 – The past and the future. **International Journal of Information Management**, Amsterdam, Netherlands, vol. 36, p. 591–

598, mar. 2016. Disponível em: https://eprints.soton.ac.uk/390475/1/VC_ijim_web2_0_business_discussion_accepted.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems 10th Revision (ICD-10)**. Revisão de 2016. Disponível em: <https://icd.who.int/browse10/2016/en>. Acesso em: 2 dez. 2021.

PALMONARI, Augusto. A importância da teoria das representações sociais para a Psicologia Social. In: ALMEIDA, Angela Maria de; JODELET, Denise. (Org.). **Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas**. Brasília: Thesaurus, 2009. p. 35-50.

SCHMIDT, Carlo. Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos. **Psicologia em estudo**, Maringá, UEM, v. 22, n. 2, p. 221-230, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/34651/pdf>. Acesso em: 2 dez. 2021.

STRANG, John *et. alli*. Both sex- and gender-related factors should be considered in autism research and clinical practice. **Autism**, United States of America, v. 24, n. 3, p. 539-543, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1362361320913192>. Acesso em: 2 dez. 2021.

Recebido em: 24/01/2021

Revisado em: 18/04/2022

Aprovado em: 22/04/2022

Publicado em: 30/04/2022

Flávia Lomba Costa é mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (Unesa-RJ). *E-mail*: flavialc10@hotmail.com

Rita de Cássia Pereira Lima é doutora em Educação pela Université René Descartes – Paris V. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estácio de Sá (Unesa-RJ). Linha de pesquisa: Representações Sociais e Práticas Educativas. *E-mail*: ritaplina2008@gmail.com